



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 507/12**

Altera a denominação e as atribuições dos cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, que especifica.


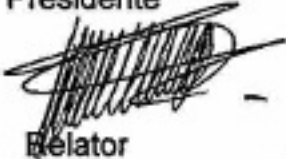
**Art. 1º** O cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativo de médico do trabalho e o cargo de provimento em comissão, DAS-4, privativo de médico sanitaria, previstos no inciso II, do art. 1º, da Lei nº 13.984, de 30 de dezembro de 2002, passam a ser denominados cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4, privativos de médico, para desempenho das funções de assessor no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública.

**Parágrafo único.** A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE GURI  
Presidente  
  
Relator  




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 540/12**

Institui o "Dia Estadual do Sistema *Braille*", a ser celebrado anualmente em 8 de abril.

**Art. 1º** Fica instituído o "Dia Estadual do Sistema *Braille*", a ser celebrado anualmente em 8 de abril.

**Art. 2º** No "Dia Estadual do Sistema *Braille*", as entidades públicas e privadas realizarão eventos destinados a reverenciar a memória de *Louis Braille*, divulgando e ressaltando a importância do sistema por ele criado na educação, habilitação e profissionalização da pessoa cega, por meio de ações que:

I – fortaleçam o debate social acerca dos direitos da pessoa cega e a sua plena integração na sociedade;

II – promovam a inserção da pessoa cega no mercado de trabalho;

III – difundam orientações sobre a prevenção da cegueira;

IV – difundam informações sobre a acessibilidade material, à informação e à comunicação, pela aplicação de novas tecnologias;

V – incentivem a produção de textos em *Braille*;

VI – promovam a capacitação de profissionais para atuarem na educação, habilitação e reabilitação da pessoa cega, bem como na editoração de textos em *Braille*.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Relator




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 574/12

Inserir a "Semana Estadual da Pesca" no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.


**Art. 1º** Fica inserida a "Semana Estadual da Pesca" no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a ser realizada anualmente.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 577/12

Declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro - Oeste (FAU), com sede e foro no Município de Guarapuava.

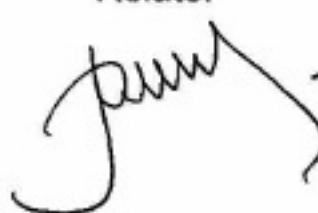
**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste (FAU), com sede e foro no Município de Guarapuava.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 588/12**

Institui o Programa Paranaense de Desenvolvimento  
do Setor Aeronáutico e de Defesa –  
PARANAEREO.

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Paranaense de Desenvolvimento do Setor Aeronáutico e de Defesa - PARANAEREO, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, com a finalidade de atrair investimentos da cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa, a ser regulamentado por ato da chefia do Poder Executivo Estadual.

**Parágrafo único.** Fica entendida como cadeia produtiva da indústria aeronáutica e de defesa o seguinte: concepção, engenharia, serviços, fabricação de componentes e de aeronaves civis e militares, montadoras e prestadoras de serviços de manutenção de aeronaves.

**Art. 2º** Para a implementação do PARANAEREO os órgãos e entidades de desenvolvimento, de capacitação de mão de obra, investimento, fomento, incentivos fiscais, inovação tecnológica, logística e de infraestrutura, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, terão um prazo de sessenta dias para apresentar ao Governo do Estado ou outro prazo definido pela Chefia do Poder Executivo Estadual o detalhamento do programa, seus benefícios e os requisitos necessários para o enquadramento das empresas no PARANAEREO.

**Art. 3º** Os benefícios a serem contemplados por ato da Chefia do Executivo Estadual para as empresas da cadeia produtiva são aqueles relacionados às vertentes fiscal, financiamento, participação societária, identificação e viabilização de áreas, apoio à infraestrutura e apoio em investimentos em inovação tecnológica.

**§ 1º** Os projetos a que se refere o *caput* deste artigo somente serão

enquadrados no PARANAEREO se considerados pela Chefia do Executivo Estadual, tecnicamente viáveis.

§ 2º Os benefícios fiscais de que trata o presente artigo são aqueles disponibilizados no regulamento do Programa Paraná Competitivo, e outros que venham a ser criados especificamente para o setor aeronáutico.

§ 3º Os enquadramentos dos projetos nas vertentes financiamento, participação societária e apoio aos investimentos de inovação tecnológica, obedecerão às normas e procedimentos a serem elaborados pelos Fundos Institucionais do Estado e seus Agentes Financeiros que apoiam o PARANAEREO.

§ 4º Não poderão pleitear os benefícios desta Lei as empresas que não possuam regularidade trabalhista e as consideradas inadimplentes perante o fisco municipal, estadual e federal ou que tenham como administradores ou controladores pessoa física ou jurídica nas mesmas condições.

**Art. 4º** Caberá à Agência Paraná de Desenvolvimento - APD, na qualidade de órgão executor, implementar o PARANAEREO, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul.

**Art. 5º** As Cartas Consultas das empresas interessadas no PARANAEREO deverão ser dirigidas à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul que, após análise, encaminhará aos órgãos e entidades competentes para avaliação técnica com posterior encaminhamento ao Comitê Gestor e Deliberativo do Programa Paraná Competitivo para eventual aprovação.

**Art. 6º** Após aprovação da Carta Consulta, será elaborado Protocolo de Intenções que será necessário para cumprimento da primeira etapa, secundado de contratos a serem firmados com os agentes de desenvolvimento, fiscais e financeiros e instituições que representam os Fundos Institucionais de apoio ao PARANAEREO.



**Art. 7º** Caberá à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, atendidas as condições estabelecidas nesta Lei, articular as iniciativas junto aos órgãos e entidades do Governo Federal em defesa dos interesses do PARANAEREO.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 591/12

Declara de utilidade pública a  
Associação Comunidade de Direitos  
– COMUDI, com se e foro no  
Município de Araucária.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunidade de Direitos – COMUDI, com sede e foro no Município da Araucária.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 627/12

Cria 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

**Art. 1º** Ficam criados 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

**Art. 2º** O provimento em comissão dos cargos previstos nesta Lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução nº 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.


**Art. 3º** O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator